



A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA OCORRER NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES E POR VIDEOCONFERÊNCIA, ÀS 13 HORAS E 30 MINUTOS DO DIA 15 DE JULHO DE 2025, COM A SEGUINTE PAUTA:

I. Discussão e votação da Ata da 4ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa e da Ata da 1ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa.

II. Sinopse de correspondência e outros documentos recebidos:

- a) Ofício da Comissão Especial Pessoas em Situação de Rua de Joinville n. 281/2025, que trata do enfrentamento e fiscalização à problemática da população em situação de rua, ao serviço especializado de abordagem social;
- b) Decisão do Presidente da Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador João Eduardo de Nadal, no caso envolvendo ocupações coletivas na área da Praia de Naufragados;
- c) Ofício da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão n. 488/2025, contendo a Nota Técnica n. 4/2025/PFDC que analisou a relevância e pertinência de implementação de sistemas estaduais de prevenção e combate à tortura, à luz da garantia do direito a existência digna e em acordo às normas de direito internacional;

III. Ordem do dia:

Discussão e votação de parecer:

DEPUTADO JESSÉ LOPES

[PL./0265/2025](#), de autoria do Deputado Sargento Lima, que "declara de utilidade pública o Instituto Casa da Mulher, de Guaramirim e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.